

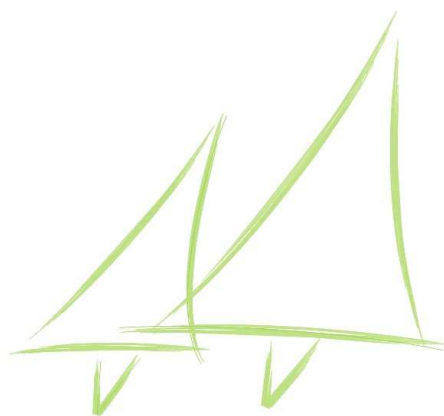
V ENCONTRO DE PESQUISADORES LATINO-AMERICANOS DE COOPERATIVISMO

V ENCUENTRO DE INVESTIGADORES LATINOAMERICANOS DE COOPERATIVISMO

MOVIMENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZAÇÃO
E IDENTIDADE COOPERATIVA NA AMÉRICA LATINA

MOVIMIENTO COOPERATIVO, TRANSNACIONALIZACIÓN E IDENTIDAD COOPERATIVA EN AMÉRICA LATINA

COMITÊ DE PESQUISA DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL



014 - Cooperativismo e Desenvolvimento Rural na Emilia – Romagna: um estudo de caso

Identidade, Valores e Governança das Cooperativas

Ricardo Luiz Sapia de Campos
sapiacampos@yahoo.com.br
UNESP/FFCL/Ar
FAPESP

Resumo

O trabalho é resultado de estágio e pesquisa realizados na Universidade de Bologna entre final de 2006 e início de 2007. Os temas discutidos no texto contextualizam algumas particularidades da *Emilia-Romagna* com ênfase nas transformações produtivas, e nas tendências de reorganização da produção relacionando dois fatores observados, e bastante presentes naquela região: cooperação e desenvolvimento local.

Palavras-chave: cooperação, desenvolvimento local, organização produtiva rural.

Abstract

The work is resulted of apprenticeship and research accomplished in the University of Bologna between end of 2006 and beginning of 2007. The themes discussed in the text contextualize some particularities of the Emilia-Romagna with emphasis in the productive transformations and in the tendencies of reorganization of the production, relating two observed factors and plenty presents in that area: cooperation and local development.

Key-words: cooperation, local development, rural productive organization

Introdução

O trabalho busca relacionar particularmente dois fatores, cooperação e desenvolvimento local, compreendido dentro do contexto de uma província italiana tida como referência sobre tais temas. Este trabalho se constitui em resultados parciais de pesquisa realizada no final do nosso doutorado, ou de um período de “vivência” na Universidade de Bologna, quando estivemos ocupados mais na realização de atividades extra-acadêmicas: entrevistas, visitas, pesquisa de campo, etc.

Assim, alguns fatores devem ser considerados. O primeiro dele se refere ao fato de que não foi realizada pesquisa quantitativa sobre os apontamentos e resultados com os quais trabalhamos neste texto. O que implica em considerar que os apontamentos são feitos ou considerados como pertinentes á uma dada região e províncias italianas, que á exemplo do restante do país, comporta muitas particularidades e especificidades. Aliás, é sobre tais especificidades que de certa forma o texto se ocupa quando tratamos da temática do desenvolvimento local. A caracterização dos temas discutidos, apesar de se referirem a delimitação regional, tiveram como lócus empírico mais propriamente a região *Emiliana*¹, e ainda o sul da província de *Mantova* que apesar de se confundir com a Emilia, pertence á região da *Lombardia*².

Com relação ao contato com experiências cooperativas e núcleos de pequena produção rural, as províncias da antiga *Romagna*³ ficaram prejudicadas.

Caracterização da região

A região da *Emilia-Romagna* é composta por nove províncias que juntas tem aproximadamente quatro milhões de habitantes. Trata-se de uma das regiões mais ricas da Europa em renda percapita e qualidade de vida. O sistema produtivo regional é identificado com o auto grau de pequenos empreendimentos e cooperação que caracterizam a região como um ambiente propício ao equilíbrio entre conflito e cooperação. (NEGRI, LAZZARATO, 2001)

É ainda uma das regiões italianas caracterizada como de eficiente controle burocrático e administrativo conjugado com liberdade econômica⁴. O

¹ Mais as províncias da antiga Emilia: *Modena, Parma, Reggio-Emilia, Ferrara e Piacenza*.

² Apesar da província de Mantova pertencer a região da *Lombardia*, ela guarda características culturais, identitárias e históricas mais com a *Emilia* do que propriamente com a *Lombardia*. O principal fator se refere a proximidade geográfica, e as características históricas e culturais entre elas. Normalmente, ouve-se entre as populações tanto de *Mantova* quanto das províncias *emilianas* a afirmação de que *Mantova é emiliana*, e *Piacenza* que apesar de se identificar mais com a *Lombardia*, pertence a hoje região de *Emilia-Romagna*.

³ As Províncias que compõe a *Romagna* ou a antiga região da *Romagna* “solteira”, são: *Rimini, Forli-Cesena, Ravenna* e parte de Bologna.

⁴ E preciso considerar que na década de setenta a Itália passa por profundas transformações no tocante a descentralização de poderes. Trata-se de um profundo processo de regionalização que vinha sendo reivindicado, e que se constituía como bandeira de luta de

potencial econômico e produtivo da região, bem como a qualidade de vida e distribuição de renda, são aqui observados a partir de duas características centrais, conforme apontamos: cooperativismo e desenvolvimento local.

No tocante ao cooperativismo nos referimos particularmente a capacidade regional de articular cooperativas de toda ordem, que se apresentam como viabilidade de mercado para os cooperados. Ou seja, por mais que como se sabe existam articulações e iniciativas de vários e distintos recortes sindicais, associações, partidos políticos e igreja, as motivações e ideologias não são trabalhadas aqui. O que importa neste momento é discutir tais iniciativas a partir da validação econômica e de mercado.

No que se refere ao desenvolvimento local, como se sabe a *Emilia - Romagna* e a região do *Vêneto* são referências dentro do contexto italiano, pela capacidade que têm em mobilizar e articular em redes de cooperação produtiva cadeias de produção variadas e interdependentes, ligadas ao conhecimento, saber produtivo, habilidades e valorização das relações territoriais. Desta forma, são regiões com forte potencial em políticas de inovação tecnológica e científica voltadas para um conhecimento e saber produzidos e em sistemas que privilegiam as relações de proximidade entre economia, território e sociedade.

No texto, no mais das vezes falaremos em distritos industriais⁵, por tratar-se do modelo constituído de desenvolvimento local na Itália, e mais particularmente do norte do país. Usamos portanto neste trabalho o termo “distritos industriais, como desdobramento constituído de desenvolvimento local.

A *Emilia-Romagna* é também referência mundial em produção do tipo artesanal, ou “artesanal transformado⁶” com diferencial de qualidade e mesmo sob organização produtiva de pequenas e medias empresas. Este tipo de

partidos, associações e movimentos sociais. Já na década de sessenta houve certa confluência de interesse sobre o tema da regionalização por parte dos diversos partidos e tendências políticas. Pode se dizer que cada qual queria e reivindicava a regionalização para agirem a seu modo, mas o que importa é que todos queriam e lutavam pela descentralização de poder e pela maior autonomia regional. No âmbito político institucional se pode considerar que abertura ocorre a partir de 1968 quando o Parlamento aprova lei que cria mecanismos eleitorais para regiões ordinárias. Em 1970 é eleito o primeiro conselho regional. As lutas e reivindicações prosseguiram e em 1975 o Parlamento aprova a Lei 382, que descentraliza a favor das regiões varias e importantes matérias que eram de competência do governo central. Em 1977 são baixados os chamados “616 decretos”, um pacote de medidas que desmantela a burocracia nacional, transferindo não apenas encargos e competências, mas também boa parte do próprio corpo burocrático para as regiões.

⁵ Deve se dizer que Becattini foi pioneiro, particularmente por associar os Distritos Industriais do Nordeste Italiano, então nascentes, com o conceito de distritos industriais marshallianos. Alfred Marshall apesar de ter dedicado particular atenção a grande indústria, se demora em demonstrar que algumas vantagens competitivas da produção em grande escala pode também serem obtidas por uma grande quantidade de empresas pequenas, desde que concentradas territorialmente, especialização nas fases de produção e recorrendo a um mercado de trabalho local. Demonstra também que deve existir interpenetração simbiótica entre as empresas e as características socioculturais locais

⁶ Chamamos de “artesanal transformado” a capacidade produtiva de intervir e modificar produtos que cristalizam saber e conhecimento secularmente ou até milenarmente desenvolvidos, com tecnologias de ponta desenvolvidas principalmente pela sociedade industrial, sem, contudo, se confundirem com a produção típica das sociedades industriais.

produção não pode ser enquadrado como industrial na acepção que este termo sugere. Não raro, o modelo de organização produtiva verificado tanto na *Emilia-Romagna*, quanto no *Veneto* e em outras regiões do norte da Itália são tratados como sendo modelo de organização produtiva de uma nova economia ou então de uma economia pós-fordista.

Trabalho e mão de obra

A Itália é atualmente referência ou foco, assim como demais países ditos ricos da Comunidade Européia, que tem na pauta do dia o problema dos imigrantes chamados extra-comunitários, bem como o dos trabalhadores precário. Políticas públicas nacionais, regionais ou setoriais, legislações que procuram regulamentar a entrada dos imigrantes no país, ou mesmo regulamentar suas permanências, (ou expulsão) são pautas discutidas diariamente no âmbito político institucional. O tema da imigração quer de um ponto de vista mais acadêmico, ou então político institucional, bem como de sindicatos, associações e movimentos sociais, é pauta corrente das instituições do norte da Itália e em particular da *Emilia-Romagna*. O processo de imigração, ou imigração de massa, fenômeno nada novo, como sabemos, conserva algumas características embrionárias que podem ser verificadas historicamente⁷. Dentre estas, destaca-se o fato da imigração ocorrer de países pobres para países ricos e em desenvolvimento. A figura do imigrante enquanto sujeito ativo rompe de alguma maneira com a sua condição de explorado no processo da imigração em si, ou seja, na decisão de imigrar, (MEZZADRA, 2001) Ainda que encontre exploração em “outras paradas”, o ato de imigrar se constitui num terreno aberto de lutas e resistência, dado que quando se verifica um processo de imigração de massa, o imigrante não é simplesmente assimilado pela cultura local, ele muda o cotidiano e as próprias relações sociais do local em que se estabelece. Portanto, pode se dizer que ele subverte as instituições e os próprios costumes locais⁸.

Considerando todo o processo de busca e de construção de alternativas, o imigrante comumente acaba exercendo os piores tipos de trabalho no local em que se estabelece. Piores no sentido que faz aquilo que a população local

⁷ - Chamo de características embrionárias o fato de a imigração ser um fenômeno histórico verificado desde sempre no curso da própria formação da sociedade. Neste sentido a própria formação do ocidente com a “fuga” dos hebreus do Egito.

⁸ - Ainda que não seja o tema perseguido aqui vale ponderar alguns exemplos deste processo, mesmo por que eles se referem de algum modo à pesquisa, pois se constituem na observação e vivência do pesquisador que se desloca para uma realidade estranha à sua de origem. Uma observação genérica se refere o fato de que o imigrante quase sempre ocupa, ou se ocupa daqueles tipos de trabalho que o trabalhador local não quer fazer. No caso de Bologna, cidade em que vivemos por quase quatro meses, por tradição e hábito, lojas, negócios e pequenos alimentares não abriam de domingo e as quintas-feiras no período da tarde. Existe na cidade uma vasta rede de pequenos negócios, geralmente alimentares, de propriedade geralmente de paquistaneses e indianos, que permaneciam abertos durante estes períodos de fechamento do comércio local, e também durante a noite, muitos até as vinte e duas horas, e outros até meia noite ou mais. De certa maneira, tornou-se hábito as pessoas, ou os “bologneses” contarem com a possibilidade de sempre poderem contar com esta rede de comércio.

se recusa⁹ a fazer. Este processo pode ser verificado em várias e distintas realidades, sendo, em linhas gerais, cabível, tanto para a chamada migração interna, quanto externa.

Um outro fenômeno interligado a este primeiro da imigração é o do precariado, ou trabalhador precarizado. E interligado, mas não se remete exatamente ao mesmo fenômeno. Trata-se de um fenômeno ou problema, enfrentado atualmente no que tange as relações de trabalho dentro do contexto italiano. A condição de precariado diz respeito aquele trabalhador que não goza ou possui os benefícios do velho Estado de Bem Estar. E em suma o trabalhador flexível, pois gravita e muda de atividade constantemente quer no mesmo posto de trabalho ou exercendo funções completamente diferentes daquelas exercidas anteriormente; E também o trabalhador móvel, pois saindo em busca de alternativas vive quase sempre numa condição semi-nomade¹⁰. No caso do trabalhador imigrante diz respeito também aquele tipo de trabalho precário e baixa qualificação em que podemos encontrar exemplos nos serviços de limpeza, postos de trabalho na construção civil, ou mesmo vendedores autônomos e ambulantes. Vale pontuar, porém, que a condição de precário, ou de trabalhador precarizado encontra terreno fértil de expansão entre os imigrantes. Todavia não é um fenômeno exclusivo desta categoria, a desregulamentação do Estado de Bem Estar, coloca na informalidade, e, portanto, muitas vezes, na condição de precariedade, tipos de trabalho, e trabalhadores qualificados e ou trabalhadores locais.

Um movimento significativo que pudemos acompanhar entre os dias que estivemos em Bologna foi à luta e a resistência contra as chamadas CPT – *Centro de permanência temporário*, que visa confinar os imigrantes sem documentação, ou em condição irregular no país¹¹. Lembrando que uma das atuais bandeiras de luta dos movimentos sociais, sindicatos e associações de

⁹ - O termo: recusa, deve ser entendido dentro do contexto que é proposto. Aqui o que procuramos ponderar é que esta é uma característica da imigração, ou deste fenômeno que chamamos de imigração de massa. O trabalhador local se recusa a fazer os piores trabalhos que são reservados aos trabalhadores migrantes ou imigrantes. Neste sentido trata-se de um fenômeno social de interdependência: O imigrante, digamos assim “pega este filão”, dos piores trabalhos. O trabalhador local devidamente estabelecido precisa necessita de alguém, no caso o imigrante, que exerce os piores tipos e trabalho.

¹⁰ - É comum ouvirmos depoimentos de trabalhadores migrantes, ou precários, geralmente indianos, mas também romenos ou marroquinos dentre outros, que afirmam que imigraram para a Itália, mas se mantêm moveis dentro deste contexto. Assim, moram agora em *Bologna*, mas já morou em *Verona* ou *Milano*, *Roma*, senão *Genova*. Geralmente mantém uma residência mais ou menos fixa, do tipo: Moram em *Bologna*, tem aqui familiares, filhos, mulher, pais, etc. Contudo buscam, e caso encontrem melhores propostas de trabalho em outras cidades do contexto italiano, e mais propriamente do norte da Itália, saem e voltam conforme podem: finais de semana, mensalmente etc. A esta chamamos de uma condição “semi-nomade”.

¹¹ - CPT – *Centri di permanenza temporanea*, são centros de permanência temporárias criados pelo Estado, para abrigar imigrantes ilegais até que se decida o que fazer com eles. O entendimento dos movimentos sociais é que o Estado na impossibilidade de alocar estas pessoas para prisões comuns, criou através de medida legal estes centros. São prisões dado que os internos são privados de liberdade e ficam a mercê das decisões do Estado. Por toda Itália ecoam movimentos contra os CPT.

categorias era contra a chamada Lei *Bossi-Fini*¹². A Lei sob a justificativa de regulamentar e regularizar a permanência no país favorece claramente a desregulamentação das relações de trabalho e incentiva a precarização das mesmas.

Como se sabe a condição do precariado ou precarizado, nem sempre e não necessariamente, porém muitas vezes se confunde com a do trabalhador imigrante. Fenômenos, tanto um quanto o outro, que são preferencialmente verificados na relação de assalariamento, ou de trabalho assalariado.

Mas a região da *Emilia-Romagna* é referência também em formas de organização e relações de trabalho, geralmente, em núcleos de pequenas empresas, que não privilegiam a relação de assalariamento. A *metayage*¹³, conforme apontam Cocco, Urani e Galvão (1999) referindo-se ao Veneto, foi a saída encontrada para o impasse do assalariamento. Assim, a região é terreno privilegiado para entendimento e estudo da figura do auto-empresendedor¹⁴.

Gorz (2003) aponta neste sentido quando coloca a figura do “auto – empreendedor”. O empreendedor, ou auto-empresendedor, recompõe todas as dimensões que antes estavam separadas sobre os pólos de capital e trabalho:

(...) a diferença entre o sujeito e a empresa, entre a força de trabalho e o capital, deve ser suprimida. A pessoa deve, para si mesma, tornar-se uma empresa; ela deve se tornar, como força de trabalho, um capital fixo que exige ser continuamente reproduzido, modernizado, alargado, valorizado. Nenhum constrangimento lhe deve ser imposto do exterior, ela deve ser sua própria produtora, sua própria empregadora e sua própria vendedora, obrigando-se a impor a si mesma constrangimentos necessários para assegurar a viabilidade e a competitividade da empresa que ela é. Em suma, o regime salarial deve ser abolido. (p. 23)

Apresentando claramente as características centrais do que julga ser uma nova realidade produtiva, e assim de organização do trabalho, que poderíamos aqui chamar de “Capitalismo cognitivo”, Gorz (2003) aponta que lutar por melhorias salariais voltadas para o trabalho regulado tende sempre a aumentar a exploração e a desqualificação do trabalho. Por outro lado, defende, que para bem ou para mal, ou seja, para a auto-empresa, ou para venda da força de trabalho, cada vez mais o capitalismo se define em bases imateriais, ou na força de trabalho conhecimento.

A base das pequenas empresas tanto agrícolas ou industriais tidas na Itália e particularmente na *Emilia-Romagna* como Distritos Industriais se

¹² A *Leggi 30 – Bossi-Fini*, de agosto de 2002, dispõe, institui e regulamenta relações de trabalho de extra-comunitários, além de dispor sobre a política de imigração e permanência no país de maneira geral.

¹³ Termo francês, a tradução possível para o italiano seria a *mezzadria*, ou no caso brasileiro a meação, bastante usada no meio rural na primeira metade do século passado. Em linhas gerais significa parceria em que o dono dos meios de produção, ou o patrão corre os riscos da produção junto com o trabalhador. No Brasil é juridicamente regulamentada como “parceria”, em que apesar de que o patrão entra com capital e o trabalhador com o trabalho, os resultados são divididos entre as duas partes.

¹⁴ Entendemos por “auto-empresendedor” aquele que está inserido, ou busca se inserir no mercado não com a “venda da força-de-trabalho”, mas sim vendendo conhecimento, quer este conhecimento esteja cristalizado num produto (objetivo) final, quer seja de caráter unicamente imaterial. De qualquer maneira é aquele que se relaciona com o mercado não, ou não necessariamente com a venda de força-de-trabalho.

constitui num modelo para pensar a proposta gorziana da figura do auto empreendedor. E, sendo assim, privilegiam o entendimento sobre a realidade local nos dois pontos aqui discutidos: desenvolvimento local e cooperativo. Também, remete a uma realidade verificada segundo a qual, o assalariamento clássico¹⁵ é na maioria das vezes reservado ao trabalhador migrante e precarizado. E ainda, que os postos de trabalho em relação de assalariamento são aqueles que requerem dos trabalhadores mais esforço físico e repetitivo conjugado com baixa qualificação e remuneração. Em suma, as relações de trabalho verificadas nas pequenas empresas privilegiam características laborativas como tomada de decisões rápidas, aproximação entre concepção e execução do trabalho, que se contrapõem ao assalariamento clássico. Sendo assim, desloca-se para uma perspectiva pos-fordista. (RULLANI e ROMANO, 1998)

Pequenas e médias empresas são responsáveis pela difusão e socialização de riqueza dentro do contexto *Emiliano-romagnolo*, e mais particularmente nas nove províncias que compõe este território.

Desenvolvimento local e cooperativas

O desenvolvimento local italiano se dá preferencialmente por meio dos pequenos e médios empreendimentos ou empresas, tratadas neste contexto dentro dos distritos industriais italianos. (SAPIA, 2004). Neste sentido, ou no sentido das nossas colocações consideramos o fenômeno do desenvolvimento local como uma organização da sociedade e do mercado, e que acontece (apesar de não necessariamente existir), de forma autônoma. Falamos em autonomia uma vez que os fatores que propiciaram e proporcionaram a emergência produtiva local não dependeram diretamente do poder políticos constituídos. Trata-se mais, como nas colocações de Santana, Souza e Deluiz, (1999) de um rearranjo ou reestruturação produtiva que cada qual a seu modo apresentou características e particularidades, bem como correlação de fatores singulares, e singular correlação de fatores.

A partir principalmente da década de setenta o modelo Emiliano de desenvolvimento regional passou a ser conhecido no mundo devido aos extraordinários resultados obtidos com os distritos industriais. O fato é que a região referência em desenvolvimento local ou modelo produtivo Emiliano é também referência em sistemas cooperativados.

A *Emilia-Romagna* é referência mundial em cooperativas ou sistema cooperativado de produção. Para se ter uma noção, para cada grupo de em média nove habitantes desta região, existe uma pequena empresa. São aproximadamente quinze mil cooperativas voltadas para o pequeno produtor, (OCB, 2008) desconsiderando nestes dados as grandes cooperativas, ou cooperativas voltadas para grandes produtores.

¹⁵ Entendemos por “assalariamento clássico” aquele tipo de trabalho que separa concepção e execução. Em que os trabalhadores são meros executores de tarefas pré concebidas, e de movimentos pré determinados. Historicamente nos referimos ao período de hegemonia industrial.

Consideramos neste trabalho as cooperativas de maneira geral, porém, tomamos como referência de discussão, aquelas voltadas para a produção agrícola, que foram foco da nossa pesquisa. Além de pequenas cooperativas locais, também a LEGACOOOP – *Lega delle Cooperative*, que agrupa nacionalmente várias e distintas cooperativas por setor, e que tradicionalmente esteve vinculada ao Partido Comunista. Para se ter uma idéia, a LEGACOOOP tem aproximadamente oito milhões de sócios e quase quinhentos mil empregados diretos.

Vale anotar ainda pesquisa que realizamos junto a CGIL – *Confederazione Generale Italiana del Lavoro*; COFAGRICOLTURA - *Confederazione della Agricoltura*; COLDIRETTI – *Confederazione Nazionale Coltivatori Diretti*; CIA – *Confederazione Italiane Agricoltore*; FILZIAT- CGIL = *Federazione Italiana Lavoratori Zucchero Industrie Alimentari e Tabacco*

A cooperação, ou para melhor definir a cooperação produtiva deve ser compreendida de forma ampla, ou seja, sugerimos que deva ser pensada como construção de mercado e não somente como iniciativa que venha contrariar ou apresentar-se como alternativa ao mercado. Como se sabe o problema está presente na teoria clássica, ou mesmo autores clássicos da sociologia como Marx e Weber, cada qual a seu modo, tocam neste ponto. No tocante ao meio rural e agrícola, ou “mundo camponês, Marx, como se sabe, contaminado pelo então paradigma industrial apontava que a cooperação produtiva verificada na indústria nascente, não existia, ou então era insignificante entre a” massa de camponeses”. Já Weber enfatizando mais as relações de mercado local, também apontava que para o capitalismo, era necessário eliminar os vínculos de cooperação e comunicação baseados nos valores tradicionais.

Outro ponto dentre estes dois autores merece destaque para a nossa discussão. Marx, falava na alienação do trabalho a partir da especialização e da rotinização dos fluxos de produção industrial. Fenômeno que como se sabe encontra seu apogeu nas primeiras décadas do século XX. Weber não fala outra coisa, porém, destaca a qualificação que permanecia entre as sociedades com vínculos tradicionais.

O antigo camponês é, assim, transformado num trabalhador que é dono de seus próprios meios de produção, como podemos ver na França e no Sudoeste da Alemanha. Mantém sua independência devido à intensidade e alta qualidade de seu trabalho, que é aumentado pelo seu interesse privado nele e sua adaptabilidade às exigências do mercado local. Esses fatores lhe dão uma superioridade econômica, que continua, mesmo quando a agricultura em grande escala poderia predominar tecnicamente. (Weber, 1979, p. 418)

O camponês é dono de seus próprios meios de produção. Weber apontava que os núcleos de produção camponesa que soubessem aproveitar, estando próximo, ou nas “franjas” dos centros urbanos, eram favorecido. E ainda: *Em certos pontos de produção agrícola, o pequeno camponês, se souber como libertar-se das cadeias de tradição, pode adaptar-se às novas condições da administração.* (Weber, 1979, p. 417).

Sugerimos então que dentre os elementos que favorecem o desenvolvimento regional Emiliano romagnolo, destacando a herança cultural, comunidades cívicas, corporações artesanais, vínculos locais dentre outros, eles não apenas favorecem o sucesso das cooperativas, como também possibilitam um funcionamento integrado na construção tanto de mercado quanto de sociedade local. (BAGNASCO, 1988) O caso clássico apontado por Weber pode ser pensado no contexto Emiliano como qualidade do trabalho, adaptabilidade e construção do mercado local, e inclusive á relativa independência com relação a outros mercados. (CAMPOS, 2006)

Nas cooperativas por nos estudadas alguns fatores preponderantes puderam ser observados. O primeiro deles é que tais cooperativas via de regra não interferem na produção. E é claro que falamos de maneira geral para também podermos compreender o que compõe esta chamada fase da produção, como gerenciamento, escolha de semente, solo, técnicas de plantio, cultura e manejo. Todavia, existem outros organismos que estão mais presentes nesta fase como as agencias de desenvolvimento local, as agencias de formação e qualificação profissional, ou mesmo as câmaras de comércio, que frisa-se, são vinculadas ao poder público municipal, provincial, ou regional. Também os sindicatos, e algumas vezes associações das mais diversas.

A interferência das cooperativas, e pensamos ter ficado devidamente claro que estamos pensando em cadeias ou fases, acontece em dois pontos essenciais: na industrialização do produto final e no escoamento da produção. Para citar exemplos rápidos que nós foram apresentados no curso da pesquisa por estes próprios membros das cooperativas, lembramos o caso do vinho. A uva enquanto produto é entregue na “porta da cooperativa”, que por sua vez se ocupa da elaboração do vinho, bem como da classificação primeiro da uva e depois do próprio vinho. Mediante acertos coletivos de assembléia, ou mesmo regulamentação interna, e ainda, de acordos individuais entre a entidade e o cooperado, quando nos casos de ser permitido ou não vedado por normatização, a retirada pode ser feita em espécie (garrafas de vinho), ou então em dinheiro após a comercialização, ou ainda, em ambas.

Claro está que um dos pontos, diga-se de passagem, complexos em que intervêm a cooperativa é na classificação do produto, ou seja no fator qualidade, além da quantidade. Uma classificação que define não apenas o tipo de uva, e o correspondente em vinho, mas também a qualidade de determinada produção. Existe nestes casos uma complexa e ampla tabela na qual a produção deve se enquadrar. O caso mais complexo na definição de valores segundo a qualidade, é dado no caso do milho, que apresenta muitas variáveis possíveis antes de se enquadrar numa categoria e seu referencial em valor.

Outro caso bastante observado foi no tocante á frutas, particularmente o pêssego e a pêra. Nestes casos existe uma pequena porcentagem destinada a industrialização, principalmente do suco, porém a maior parte é destinada ao mercado e comercialização da fruta em natura. Lembrando que boa parte vai para o mercado externo, preferencialmente dentro da Comunidade Européia, e que este escoamento e distribuição é feito pelas cooperativas.

É assim, que entendemos as cooperativas dentro do contexto estudado como “empresas sociais”, ou seja, como empresas de propriedade coletiva.

Rumo a uma nova Economia política

Seguindo a linha dos argumentos colocados, se de fato a relação de vários e distintos fatores favorece o desenvolvimento e a inovação da *Emilia-Romagna*, estaríamos diante de uma nova economia política, que apesar de não sabermos qual é, seguramente se distingue por desatrela-se do Estado Nacional, vinculando-se a redefinição e a concentração de poderes locais.

Ainda que não seja nosso objetivo discutir aqui as particularidades e nem mesmo a força do poder regional da *Emilia-Romagna*, ou então da província de Bologna, talvez caibam algumas colocações da introdução que faz Robert Putnam (2005) aos seus clássicos escritos sobre a Itália:

Os apulios não escondem seu desprezo por seu governo regional; na verdade nem costumam considerá-lo como “seu”. O contraste com a eficiência do governo da Emilia-Romagna em Bolonha è marcante. A piazza central de Bolonha è famosa por seus debates noturnos, em que se revezam constantemente diversos grupos de cidadãos e militantes políticos, e essa discussão apaixonada das questões que estão na ordem do dia vai ecoar nas salas do conselho regional. Pioneiro legislativo em muitas áreas, o governo da Emilia passou da palavra à ação, e sua eficácia è atestada por dezenas de creches e parques industriais, teatros e centros de formação profissional espalhados pela região. (2005, p. 21-2)

Como se sabe Putnam se ocupa em traçar o perfil e origem das comunidades cívicas na Itália, contrastando o sul com o norte do país. Neste particular toma o exemplo da considerada região “mais cívica”, segundo palavras do próprio autor, e com maior potencial e acúmulo de “capital social”¹⁶. Utilizamos a constatação sobre o desenvolvimento e participação cívica na região de *Emilia-Romagna* e na Província de Bologna.

Claro está que atualmente o sucesso da região, ou mesmo do agrupamento cooperativo de produtores ou grupo de organizações, deve-se à ações conjugadas, compreendidas entre capacidade empresarial de mobilizar uma série de recursos produtivos valorizados pelo mercado, construção (e transformação) de mercados, mas também da combinação destes fatores com um governo progressista e inovador que volta prioritariamente sua agenda para políticas de gestão e fomento do desenvolvimento do local¹⁷.

¹⁶ - O capital social para Putnam (2005) diz respeito a uma série de características públicas, ou da organização social. Características como confiança, instituições, normas e sistemas que facilitam e possibilitam a eficiência social bem como as ações públicas coordenadas. Para o autor, quanto maior o acúmulo, ou mais desenvolvido o capital social, maior è o funcionamento integrado de uma sociedade.

¹⁷ E preciso considerar que na década de setenta a Itália passa por profundas transformações no tocante a descentralização de poderes. Trata-se de um profundo processo de regionalização que vinha sendo reivindicado, e que se constituía como bandeira de luta de partidos, associações e movimentos sociais. Já na década de sessenta houve certa confluência de interesse sobre o tema da regionalização por parte dos diversos partidos e tendências

Outro fator que deve ser rapidamente citado é que as cooperativas italianas e especialmente emilianas tradicionalmente se diluem em correntes políticas cindidas entre *i rosse* (os vermelhos), ligadas historicamente ao Partido Comunista; Ou então *i Bianche* (os brancos), ligados ao movimento católico e a Social Democracia – *Democrazia Cristiana*.

Nas observações de Putnan (2005) o que aproxima as duas correntes é o associativismo, o capital social, e a cultura cívica, restando poucas diferenças de fato entre elas, por mais que estas existam no âmbito institucional e representativo.

Conclusões

Portanto, entendemos que dentre tantos fatores que propiciam o desenvolvimento da região da *Emilia-Romagna*, um deles é a relação que favorece comumente o histórico funcionamento das cooperativas, aliado às políticas e iniciativas de pequenas empresas em desenvolvimento local.

O fator principal observado a este respeito na nossa pesquisa é que as cooperativas, e frise-se neste momento tratar-se de um estudo de caso bastante aleatório, funcionam no contexto, à parte as intencionalidades e a dívida com a tradição e a história que se apresenta como referência em formação de cooperativas, como sendo uma empresa. Positivamente, e, ao menos esta é a nossa posição, as cooperativas por nós visitadas funcionam como empresas que se constituem e se transforma no curso do mercado e da sociedade, sem moralismos e dívidas com suas ideologias fundadoras.

Bibliografia

- BAGNASCO, A. *La Construzione sociale del Mercato*. Studi sulli sviluppo di Piccola Impresa in Italia. Bolonha, Il Mulino, 1988.
- BECATTINI, G. (a cura di) *Mercato e Forze Locali: il distretto industriale*, Il Mulino, Bologna, 1987.
- CAMPOS, R. S. *A Globalização do Local: distritos industriais, trabalho e qualificação profissional*, SILVA, G. E COCCO, G. (Org.), Rio de Janeiro: DP&A; Brasília, DF: Sebrae, 2006.

políticas. Pode se dizer que cada qual queria e reivindicava a regionalização para agirem a seu modo, mas o que importa é que todos queriam e lutavam pela descentralização de poder e pela maior autonomia regional. No âmbito político institucional se pode considerar que abertura ocorre a partir de 1968 quando o Parlamento aprova lei que cria mecanismos eleitorais para regiões ordinárias. Em 1970 é eleito o primeiro conselho regional. As lutas e reivindicações prosseguiram e em 1975 o Parlamento aprova a Lei 382, que descentraliza a favor das regiões varias e importantes matérias que eram de competência do governo central. Em 1977 são baixados os chamados “616 decretos”, um pacote de medidas que desmantela a burocracia nacional, transferindo não apenas encargos e competências mas boa parte do próprio corpo burocrático para as regiões.

- COCCO, G. URANI, A. GALVÃO, A. P. *Empresários e Empregos nos novos Territórios Produtivos: o caso da Terceira Itália*, Rio de Janeiro, DP&A Ed. 1999.
- GORZ, A. *O Imaterial: conhecimento, valor e capital*, Annablume, São Paulo, 2005.
- MARX, K. *O CAPITAL*, São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Vol. I, Cap. XI – Cooperação, p. 257 – 266).
- MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Capítulo VII, p. 399 – 410)
- MEZZADRA, S. *Il diritto di Fuga: migrazioni, cittadinanza, globalizzazione*. Ombre Corte, Verona, 2006
- NEGRI, A. LAZZARATO, M. *Trabalho Imaterial: formas de vida e produção de subjetividade*, Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras, <http://www.brasilcooperativo.coop.br>, acesso em 28 maio 2008.
- PUTNAM, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália moderna*, Rio de Janeiro, Ed FGV, 2005. (Cap. 6: Capital Social e desempenho institucional, p. 171 – 194)
- RULLANI, E. ROMANO, L., (a cura di) *Il Postfordismo. Idee per il capitalismo prossimo venturo*, Etaslibri, Milano, 1998.
- SAPIA, R. *Distritos italianos, la globalización del local: trabajo y calificación profesional*, In: *Competitiveness and development in Europe and Latin America: learning from experience*, Venic – Italy, Ca Foscari University, 2004.
- SOUZA, D. B. SANTANA, M. A. DELUIZ, M. *Trabalho e Educação: Centrais Sindicais e Reestruturação Produtiva no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Quartet, 1999.
- WEBER, M. *Ensaio de Sociologia*, Rio de Janeiro: Zahar, 1979. (Cap. XVI, Parte IV: Capitalismo e Sociedade Rural na Alemanha, p. 413 – 437; Cap. XV, Parte IV: O Caráter Nacional e os “Junkers”, p. 438 – 448).